

Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



“Estamos vendo um aumento da letalidade numa camada muito específica da população: o jovem de periferia e negro”

(Atila Roque, presidente da Anistia Internacional no Brasil)

Vera Malaguti:
É uma “guerra contra os pobres”



Licença para matar

► **Polícia Militar tem no DNA, desde a criação, a cultura da violência contra pobres e negros, aumentada a partir do combate aos traficantes**

NÃO SURPREENDEU o assassinato recente de um menor no Morro da Providência, Rio de Janeiro, por soldados da Polícia Militar integrantes da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O jovem traficava drogas e estava armado. Não reagiu. Entregou-se. Mesmo assim foi fuzilado.

Há uma diferença nesse acontecimento quase corriqueiro nas favelas cariocas. O crime, filmado por um morador, flagra os PMs assassinos montando a cena para legitimar a execução que na sequência seria mascarada como “auto de resistência”.

Por que a PM mata?

“A cultura do extermínio está na história da polícia. Isso foi magnificado pela guerra às drogas e pela inculcação da mídia quanto à necessidade de tratar penalmente problemas sociais. O paradigma da polícia é a guerra. Uma guerra contra os pobres”, denuncia a professora Vera Malaguti Batista, mestre em História Social e integrante do Instituto Carioca de Criminologia.

Ela identifica na trajetória da corporação

militar a permanência cultural de violência contra os pobres e negros. Teria se estabelecido a partir daí “um padrão duplo de cidadania” que, entre outras razões, tornou a ação truculenta nas favelas um cenário natural. E aponta um agravante na extensão da barbaridade.

Seria uma officiosa “licen-

ça para matar” muito mais profunda porque “é facilitada pelo sistema como um todo”. Aí estão incluídos promotores e juízes.

Vera Malaguti foi uma das primeiras, se não a primeira, a criticar o modelo das UPPs quando o aplauso era quase unânime. O que ela, então, percebia?

“Minha crítica baseava-se na vergonhosa cobertura dada pelos meios de comunicação ao projeto para a cidade como um todo. Eu também conhecia a experiência de Medellín, na Colômbia, e seus efeitos negativos. Sabia que nunca foi um projeto social, e sim uma replicação das técnicas bélicas de controle do território.”

Segundo ela, “construiu-se, na democracia brasileira, uma ambiência que naturaliza essa matança pelo paradigma da guerra às drogas. Tudo é legitimado se o menino é traficante. A grande mídia destila seu veneno cotidianamente incutindo uma mentalidade exterminadora. Passamos da resistência à truculência policial à sua naturalização e, agora, ao aplauso”.

Malaguti tem um arsenal de perguntas disparadas para embaraçar as mais impolutas autoridades e os mais distintos públicos. Eis algumas:

“Que sentido tem uma operação policial com aparato bélico como caveirões e helicópteros, quando os trabalhadores estão saindo de casa e as crianças estão indo para a escola? A prisão de alguns comerciantes varejistas vale as mortes por balas perdidas e escolas fechadas? Estamos mais seguros com essas ações ou elas produzem mais danos?”

Vera Malaguti lança em seguida uma questão provocante que, entretanto, ganha força em todo o mundo: o efeito do proibicionismo.

“A proibição alimenta a indústria bélica e a do controle do crime. O tráfico é consequência disso, como a Máfia estadunidense foi consequência da proibição do álcool. A guerra às drogas está desmoralizada pela seletividade letal e pela ineficácia.” Aqui termina ela: “Aumentou o abismo entre o asfalto e a favela”.



Antes aliados,
agora em rota
de colisão

Cunha x Picciani

O ardiloso Eduardo Cunha e o inexperiente Leonardo Picciani, líder do PMDB na Câmara, estão em rota de colisão. Cunha tem domínio sobre uma massa de deputados, derivado da força demonstrada por ele, Brasil afora, às vésperas da dispendiosa eleição de 2014.

Picciani, por sua vez, tem retaguarda poderosa no Rio de Janeiro composta do governador Luiz Fernando Pezão, pelo prefeito Eduardo Paes e por Sérgio Cabral, ex-governador. A esse trio juntou-se o deputado Jorge Picciani, pai de Leonardo, presidente da Assembleia Legislativa e presidente do PMDB controlado por ele com mão de ferro.

Eis aí o quarteto mágico da política fluminense.

Efeito colateral

Cunha, eleito pelo PMDB do Rio, desgarrou-se desse grupo, comprometido com dar sustentação à governabilidade de Dilma.

Esse apoio no plano nacional levou o PT fluminense a ir para o sacrifício. Apoiará, como já vem fazendo, o candidato peemedebista a prefeito da capital.

Por essa razão, o partido perdeu o deputado Ales-

sandro Molon, o melhor nome que tinha para disputar a eleição municipal de 2016.

Molon foi de armas e bagagem para o Rede Sustentabilidade de Marina Silva.

Vazamento seletivo

Surgiu a primeira reflexão corajosa e consistente sobre o intrigante problema de “vazamentos” da Operação Lava Jato.

O ensaio *A Hermenêutica dos Vazamentos*, publicado pela revista *Insight Inteligência*, é da advogada Anna Cecília Faro Bonan, do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Direito Constitucional Latino-Americano.

Algumas pílulas:

– Não é nenhuma novidade que a mídia tradicional brasileira é um forte oligopólio de ideologia coesa, e que, atualmente, se situa como oposição a políticas do governo petista.

– A mídia tem se aproveitado dos vazamentos para articular seus interesses políticos e desestabilizar o poder, agindo muitas vezes como um “partido da mídia”.

– Entre esses vazamentos existe, aparentemente, uma seleção no sentido de que o vazador disponibiliza em maior escala delações danosas à imagem do governo e

minimiza aquelas informações conectadas a nomes da oposição, um tanto mais alinhada aos seus interesses.

– O vazamento, que serve apenas a um interesse estritamente político de setores da sociedade, não pode ser considerado de interesse geral para a democracia. O interesse próprio muitas vezes pode ser confundido com o interesse público.

Visão de Alckmin

Interlocutor recente do governador paulista Geraldo Alckmin destaca dois pontos na conversa dele sobre o buscado *impeachment* de Dilma Rousseff.

Para ele, o problema maior da presidenta está no Tribunal Superior Eleitoral.

Alckmin falou isso antes mesmo da decisão do Tribunal de Contas da União de rejeitar a prestação de contas em razão das “pedaladas” fiscais no balanço de 2014.

A lupa do TSE vai considerar as contas da chapa Dilma Rousseff e Michel Temer.

Caso a decisão seja negativa, o sonho do PMDB vai por água abaixo. Por isso, o partido trabalha juridicamente no argumento de que Temer não fica contaminado por supostos ilícitos nas contas apresentadas por Dilma.

Essa hipótese deixa Alckmin perplexo.

Se o vice for alçado à condição de presidente, fará isso sem ter diretamente um mísero voto dos 54 501 118 milhões que deram vitória a Dilma no segundo turno.

Mão dupla

Eduardo Cunha dá mostras de ser o senhor de votos suficientes para infernizar a vida do governo.

Segura os pedidos de *impeachment* contra Dilma, acelera votação de projetos que apoia e bloqueia as sessões convocadas para votar os vetos da presidenta às propostas da “pauta-bomba”, como o aumento salarial para funcionários da Justiça. Agora, com a comprovação das contas dele na Suíça, tornou-se refém do PT. Caso o partido apoie o movimento pela destituição de Cunha da presidência da Câmara, ele vai para o espaço.

mauriciodias@cartacapital.com.br